



## Em março, suspeição e incompetência de Moro foram destaque

Em março, o país foi surpreendido pela decisão do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, que [reconheceu](#) a incompetência da 13ª Vara Federal de Curitiba, que tinha o então juiz Sergio Moro como titular, para processar e julgar o ex-presidente Lula nos casos do triplex do Guarujá (SP), do sítio de Atibaia (SP), e em duas ações envolvendo o Instituto Lula. Com isso, as condenações do petista e seus direitos políticos, podendo [disputar eleições](#).

### RETROSPECTIVA



Fachin declarou "a nulidade apenas dos atos decisórios

praticados nas respectivas ações penais, inclusive os recebimentos das denúncias". Ou seja: encontrou uma forma de manter válidas as quebras de sigilo, interceptações e material resultante de buscas e apreensões — o que a declaração de suspeição de Moro, uma decisão previsível, não possibilitaria. Nos dois processos envolvendo o Instituto Lula ainda não havia sentenças, apenas o recebimento das denúncias.

O que Fachin admitiu na decisão é que não havia conexão entre os supostos crimes que o Ministério Público Federal atribuía a Lula e a investigação de atos de corrupção na Petrobras. Em seguida, o ministro submeteu ao Plenário da corte sua decisão.

Ainda em março, a 2ª Turma do STF iniciou o [julgamento](#) da suspeição de Sergio Moro. Os ministros Gilmar e Ricardo Lewandowski [votaram](#) por reconhecer a parcialidade de Moro. Gilmar afirmou que, enquanto esteve à frente da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, Moro interferiu na produção de provas contra acusados, dirigiu as investigações do Ministério Público Federal e juntou documentos de ofício, sem manifestação do órgão.

Com a mudança de [voto](#) da ministra Cármen Lúcia, em 2018 ela tinha votado pela contra a suspeição, o ex-ministro de Bolsonaro foi declarado suspeito nos casos envolvendo o ex-presidente Lula no bojo da finada "lava jato".

"Todos têm o direito de ter um julgamento justo por um juiz e um tribunal imparciais, e, principalmente, no qual ele possa comprovar todos os comportamentos que foram aos poucos consolidando o quadro

fundamental, um cenário diverso que veio a ser desvendado nesse processo, para se demonstrar a quebra de um direito de um paciente", declarou a ministra.

### Veja as principais notícias do mês na coluna **Resumo da Semana:**

- 6/3 – [Aposentadoria de Nefi e novas conversas lavajatistas foram destaque](#)
- 13/3 – [Anulação de processos de Lula e suspeição de Moro foram destaque](#)
- 20/3 – [Processo "invisível" nas conversas lavajatistas foi destaque](#)
- 27/3 – [Suspeição de Sergio Moro em condenação de Lula foi destaque](#)

### Novas conversas

Outro destaque do mês foi uma nova leva de diálogos dos procuradores da autoproclamada operação "lava jato". Uma das conversas revela os [bastidores](#) do acordo de delação da OAS. "Essa reportagem só me convence que a OAS tem que mijar sangue para voltar para mesa". Foi essa a mensagem enviada por um dos procuradores da "lava jato" em um grupo do Telegram em 27 de agosto de 2016, em referência às negociações de um acordo de colaboração premiada.

#### Divulgação



Mensagens revelaram que Dallagnol articulou ataque a escritórios de advocacia  
Divulgação

As negociações tinham sido interrompidas [cinco dias antes](#) pelo então procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, depois da [desastrosa reportagem de capa](#) da revista *Veja* que atribuía à delação a informação de que o ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli teria sido citado por Léo Pinheiro. O anexo em que estaria a suposta menção a Toffoli nunca existiu.

Também foi [revelado](#) que Deltan Dallagnol articulou um ataque contra os escritórios de advocacia que representavam réus envolvidos em processos da força-tarefa.

Ao todo, 77 endereços ligados a escritórios, empresas e casas de advogados foram alvo de buscas e apreensões. A justificativa era a de que as bancas estavam desviando dinheiro do Sistema S por meio de contratos falsos com a Fecomercio do Rio de Janeiro.

### Que processo é esse?

Ainda em março, foi revelada a existência de um [processo invisível](#) citado por procuradores da "lava jato" e o ex-juiz Sergio Moro, o que reacendeu dúvidas sobre a prática de escutas ilegais de autoridades por membros do consórcio de Curitiba.

Nas conversas em que [citam um possível grampo envolvendo o ministro "GM"](#), que segundo eles seria Guido Mantega, e não Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal, os procuradores e o ex-juiz fazem referência ao processo 5027906-47.2018.4.04.7000, onde estariam as conversas. A ação, porém, não está registrada no site do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, pra onde foram os processos do ex-ministro da Fazenda dos governos petistas. Segundo um juiz que atua no Paraná, só há uma explicação para isso: trata-se de um processo secreto.

Por outro lado, profissionais que atuam no Paraná, suscitam outra hipótese: a de que os grampos sejam de conversas entre advogados e seus clientes. As possibilidades não se excluem. Há frases dos próprios procuradores que revelam a existência de interceptação de advogados.

### Entrevista do mês:

Em [entrevista](#) exclusiva à **Conjur**, **Henrique Figueira**, presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, afirmou que o Judiciário precisa ter uma posição mais proativa e ajudar a sociedade a resolver seus problemas. Um caminho é promover projetos sociais para ajudar os mais pobres a ter a oportunidade de construir uma vida digna.

Reprodução



Em entrevista, Henrique Figueira disse que TJ-RJ investirá em programas sociais  
Reprodução

O desembargador, que assumiu o cargo no começo de fevereiro, disse que pretende investir em programas que ajudem adolescentes pobres, inclusive infratores, a se inserir no mercado de trabalho.

Figueira declarou que o investimento em tecnologia seria o principal objetivo da sua gestão. Ele também prometeu conciliar o trabalho remoto, implementado em larga escala devido à epidemia da Covid-19, com o presencial. O desembargador elogia as audiências telepresenciais, mas aponta a necessidade de aumentar a confiabilidade do depoimento de testemunhas.



**Veja outras entrevistas de março:**

\* **Maria do Carmo Honório**, juíza em 2º grau no TJ-SP: ["Desafio de hoje é evitar que juizados especiais naufraguem"](#), diz juíza

\* **Viviane Girardi**, advogada e presidente da Associação de Advogados de São Paulo (Aasp): ["Mulheres dão a cargos de comando um ganho significativo"](#), diz presidente da Aasp

\* **Maria Cristina Peduzzi**, ministra do Tribunal Superior do Trabalho: ["O conceito de trabalho digno passa por metamorfoses"](#), afirma Peduzzi

**Date Created**

23/12/2021